

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Jornalista-operário ou operário-jornalista? A conflituosa relação entre os militantes operários e o jornalismo comercial atestada pela imprensa anarquista produzida na cidade de São Paulo no contexto da Primeira República (1900-1935)

Lucas Thiago Rodarte Alvarenga*

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis-SP)
lucgenesis@yahoo.com.br

Resumo: “Nós não fazemos jornalismo” ou “esse jornal não é um repositório de pequenas vaidades”, não era incomum que tais declarações aparecessem em jornais anarquistas publicados na cidade de São Paulo e demonstram conturbada relação entre a imprensa feita por trabalhadores militantes e os jornais de caráter comercial, representados, nas páginas desses jornais, pela figura do “jornalista”, do “correspondente”, do “cronista” ou do “escritor literário”. O objetivo desse artigo é problematizar esses embates, e para tal feito, pretende-se analisar alguns jornais libertários publicados em São Paulo, entre os anos de 1900 e 1935. Além disso, procura-se evidenciar como se construiu o processo de auto-identidade desses redatores, quanto à fatura de seus jornais, que frequentemente colocava-os em franca oposição aos “modos de se fazer jornalismo” e aos “jornalistas”, sempre tratados como “inimigos do proletariado” ou os “lacaio da burguesia”. É preciso problematizar tal oposição ideológica, uma vez que esses militantes também estavam à frente de toda uma produção jornalística, produzida desde fins do século XIX, e que em muitos momentos, convergia-se com o trabalho realizado pelos jornalistas de profissão. Nesse sentido, cabe aqui matizar o debate, sobretudo a forma como tais indivíduos viam a profissão do jornalista e como essa oposição serviu de trampolim para impulsionar os ataques da imprensa anarquista contra os grandes jornais diários que circulavam no Brasil no contexto da Primeira República.

Palavras-chave: Jornalismo; Imprensa anarquista; hegemonia; intelectuais mediadores;

A data era maio de 1906. Era um ano bastante movimentado para os anarquistas instalados em São Paulo, graças a iminência do Primeiro Congresso Operário, que aconteceria no próximo mês, com a presença de delegados das principais entidades operárias espalhadas pelo país. A organização do congresso convergia com o aparecimento de alguns jornais libertários, de caráter majoritariamente sindicalista, como o caso de *A Terra Livre*, jornal comandado pelos anarquistas Neno Vasco e Edgard Leuenroth, cuja estratégia pautava o debate franco acerca das bases teóricas desse

* Esse trabalho é parte integrante de tese de doutoramento, ainda em curso, financiada pela FAPESP, sob o processo nº 2018/16271-7, que trata de uma análise comparativa, visando compreender a construção de um modelo gráfico-narrativo para a imprensa anarquista publicada em São Paulo, entre os anos de 1900 e 1935.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sindicalismo, de caráter revolucionário, que se pretendia implantar nas organizações sindicais, que paulatinamente, via-se surgir no ambiente fabril brasileiro, sobretudo em São Paulo. Para que estratégia funcionasse, era necessário a fatura de um jornal, que contasse com boa circulação e periodicidade regular, afim de disseminar as táticas sindicalistas entre um maior número de trabalhadores possível, o que necessitava, assim, de adesão dos militantes à empreitada. Era uma forma, também, de concorrer com outras folhas que criticavam o avanço desse sindicalismo revolucionário, como o caso semanário *La Battaglia*, o grande jornal anarquista, redigido em língua italiana; ou o jornal socialista *Avanti!*, também redigido em língua italiana. Para cumprir o objetivo de se tornar o maior jornal anarquista, redigido em língua portuguesa, era necessário conchamar toda uma rede de militância espalhada por todo o Brasil e que financiava as edições. Nesse sentido, Neno Vasco resolveu publicar um apelo a seus leitores, solicitando auxílio intelectual e financeiro, com o objetivo de tornar aquela publicação semanal. Curiosamente, a despeito das questões de caráter financeiro e de militância, o anarquista fez algumas observações interessantes sobre a prática jornalística desempenhada por aqueles indivíduos, na fatura do jornal:

Esta pequena folha não é uma empresa mercantil ou jornalística, não é um instrumento de especulação individual ou um repositório de pequeninas vaidades, tão caros aos jornalistas. Deixamos claro, nós não fazemos jornalismo, nós não somos jornalistas. Dedicamos à propaganda, - com prazer, certamente, - as horas vagas que nos deixa o trabalho cotidiano¹.

A afirmação, carregada de muitos significados, não era incomum aparecer nas páginas desses jornais. Anos antes, em 1902, outro jornal anarquista, *O Amigo do Povo*, nas palavras de um dos seus redatores, o espanhol Juan Bautista Perez, publicou impressão parecida, acerca da ascensão do profissional, além dos usos do jornalismo, considerado pelos libertários como um perigo aos objetivos revolucionários dos anarquistas, uma vez que tais profissionais da imprensa eram considerados “gente paga para obrar contra a consciência do operariado”:

Leia-se nos diários burgueses: os operários são representados como seres caprichosos, não sabendo o que querem e não tendo mais que o desprezo pelo

¹ VASCO, Neno. Publicação semanal de A Terra Livre. *A Terra Livre*, ano 1, nº 9. Mai. 1906.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalho. Quem são, todavia, esses periodistas que tal escrevem? Gente assalariada como nós, isto é, gente paga para obrar contra a sua consciência, como nós somos pagos para trabalhar além do limite das nossas forças contra o nosso interesse. Os exploradores industriais ou comerciantes abusam da nossa força; os seus exploradores literários empregam suas capacidades intelectuais num trabalho asqueroso; em ambos os casos há violência cometida contra o explorado. E nós, vítimas de um regime opressor, vemo-nos atacados, atraídos por outros indivíduos, vítimas também do mesmo regime.²

Como percebe-se, ambos excertos colocam em pauta problemática importante, capaz de suscitar algumas indagações: o que significava ser jornalista na perspectiva dos que escreviam para as folhas de trabalhadores? Dessa questão, decorre outra: o que esses trabalhadores entendiam por jornal e por que acreditavam que o jornal comercial era um “instrumento de especulação individual” ou um “repositório de pequeninas vaidades, tão caros aos jornalistas”? Para responder as questões levantadas, é preciso debruçar-se sobre a própria reconfiguração da imprensa jornalística no Brasil, desde fins do século XIX.

Sabe-se que o jornalismo de cunho político e partidário que vigorou durante quase todo o Império alterou-se em face da urbanização e das novas tecnologias de impressão e de difusão da informação, o que resultou no barateamento dos exemplares e melhora da qualidade (SODRÉ, 1999). Desde 1894, com a ligação do Brasil à Europa pelo cabo submarino, impôs-se a rápida difusão das notícias, exploradas pelas agências que, não por acaso, já em 1874, estavam no Rio de Janeiro. O globo foi dividido em áreas de captação e distribuição de notícias, e coube às agências (Reuteurs-Haavas) unirem-se para prestar serviços à América Latina. Evidentemente, tal inovação afetou drasticamente a forma de se fazer notícia, a partir de então (NERY, 2021).

Sob o ponto de vista do conteúdo, à medida que se avança para o século XX, o dispositivo jornal passou a ser recheado não apenas de notícias cotidianas locais, como de informes internacionais, num contexto marcado pelo acirramento das disputas coloniais, que podiam ser acompanhadas graças às novas tecnologias de informação e comunicação (SODRÉ, 1999). Entretanto, os diários não deixaram de lado o caráter opinativo que, em momentos anteriores, predominava (CAPELATO; PRADO, 1980). Tratava-se de transparecer imparcialidade e compromisso com a verdade, expresso na exatidão dos dados e descrição dos “acontecimentos” (BOTELHO, 2016), o que explica a atenção crescente às reportagens, em suas várias modalidades (policiais, econômicas,

² PEREZ, Juan Bautista. A imprensa burguesa e os operários. O Amigo do Povo, ano 1, n.13. out. 1902.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

políticas, de entretenimento, culturais), as crônicas do cotidiano, informes esportivos, o diálogo com os leitores, cartas e concursos, sem, contudo, abandonar completamente o conteúdo literário (TRAQUINA, 2020). Os grandes periódicos do Rio de Janeiro, a exemplo de *O Paiz*, *Jornal do Commercio* e da *Gazeta de Notícias*, e em São Paulo, com *O Estado de S. Paulo*, *Fanfulla* e o *Correio Paulistano*, investiram em tecnologias, em termos de técnicas de impressão e composição, mas também em questões relativas aos gêneros textuais e projetos de diagramação, o que colaborava para torná-los interessantes e atraentes aos olhos dos leitores, sem que isso implicasse em maiores custos (BARBOSA, 1997).

No caso dos jornais operários, sobretudo os anarquistas, a realidade, muitas das vezes, era oposta. Ainda que os objetivos divergissem drasticamente dos grandes jornais, questões econômicas punham em xeque a sobrevivência desses pequenos jornais, uma vez que eles, assim como a imprensa comercial, também necessitavam saldar os gastos com tipografia e impressão. Os avanços tecnológicos perseguidos pelos grandes jornais foram preponderantes para diminuir os custos de produção de cada exemplar, seja na questão de formatação ou do preço, cada vez menor, o que contribuía para aumentar sua circulação. Apesar de alguns jornais operários também procurarem investir em avanços tecnológicos (compra de tipografias, tentativa de redução de custos, preocupação com a diagramação e design gráfico etc.), o abismo criado entre os dois modelos de imprensa intensificou-se com o passar do tempo, distanciando-os de forma marcante (ALVARENGA, 2017).

Não era de se admirar que a rivalidade entoada pelos redatores da imprensa operária em relação aos jornais-empresa aumentasse à medida que se distanciavam do ponto de vista financeiro-tecnológico, haja vista que os jornais dos trabalhadores não visavam lucros e possuíam um objetivo claro de educação e conscientização política da classe rumo à revolução social; questão que, obviamente, não se colocava para os jornais comerciais, que, paulatinamente, tornaram-se grandes conglomerados financeiros, propiciando lucros com o seu principal produto: a notícia (BOTELHO, 2016). O fato de os jornais terem seus interesses econômicos vinculados ao capital industrial era motivo de crítica entre os militantes, que se avolumava por motivos ideológicos, afinal os artigos publicados na grande imprensa atacavam a militância operária, sobretudo a anarquista, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que se somava o fato de muitas questões relativas às condições de trabalho nas fábricas e nas fazendas, assim como os ideais caros à liderança, a exemplo do combate à Igreja e ao Estado, não estarem na agenda da grande imprensa (MACIEL, 2016).

É necessário notar, entretanto, que embora subordinada aos ditames do capital, a imprensa sempre foi atravessada por muitas vozes, que, em diferentes tons, exprimiam interesses políticos heterogêneos. Num jornalismo tão estreitamente vinculado ao Estado, este entrecruzar de vozes expressava, em alguma medida, a correlação de forças no interior do Estado oligárquico, isto é, o conflito de interesses entre frações da classe dominante, fosse os da oligarquia latifundiária, largamente dominantes em termos políticos; do capital mercantil, ou seja, as grandes firmas exportadoras aliadas a bancos estrangeiros, com suas práticas especulativas; do capital industrial, relegado a segundo plano pela política econômica agro-exportadora adotada pelo Estado brasileiro; e da pequena burguesia, defensora dos interesses de seu pequeno comércio (COUTINHO, 2006). Interesses comerciais e políticos imediatos de diferentes segmentos sociais reverberavam nas folhas e ditava o ritmo e a intensidade da relação que elas estabeleciam com o mundo das ruas. Se em todas o princípio da objetividade figurava como um ideal, de fato, atuavam como porta-vozes dos interesses de diversos setores da sociedade, inclusive da classe operária, evidência de que a imprensa expressava estratégias e lógicas particulares, o que não necessariamente excluía os trabalhadores (PEREIRA, 2016).

É nesse contexto que se compreende a presença, em diferentes jornais, de colunas dedicadas à interlocução com assalariados, como as relativas ao movimento operário, aos subúrbios, às festas populares, ou às reclamações de leitores que, por não saberem escrever, reclamavam diretamente nas redações. Cada empresa jornalística tinha em vista o seu público, o perfil imaginado para os seus leitores, mesmo que, muitas das vezes, tais diálogos mantivessem considerável distância da realidade econômica e social – e até ideológica – daqueles que as redigiam ou dirigiam, forçando-os a construir pontes e dialogar com questões importantes para públicos específicos. Por certo, havia limites e ruídos nesse diálogo, tanto que, para o movimento organizado, era evidente a necessidade de criar sua própria imprensa, redigida por e para trabalhadores, com linguagem e conteúdo que lhes assegurasse identidade e legitimidade própria, marcada pelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

voluntarismo, caráter combativo e fortemente ideológica, imaginada e produzida no pouco tempo livre de que dispunham e sem visar lucros (COUTINHO, 2006).

A dinâmica com o trabalho da imprensa evidencia a crescente complexidade das redações, mas também do processo de produção dos periódicos, fosse em termos da fatura de cada exemplar (composição e impressão), fosse no que respeita ao conteúdo (gêneros textuais) e à sua apresentação (diagramação e recursos imagéticos), elementos que, em conjunto, particularizavam cada título diante de seus leitores. Contudo, seria enganoso imaginar um reino de paz e tranquilidade, afinal, tratava-se de um empreendimento de cunho industrial. O jornal também abarcava diversos conflitos de interesses entre proprietários, editores, colaboradores fixos e eventuais, repórteres, caricaturistas e fotógrafos, todos regidos por hierarquia que forçava os subalternos a seguirem a lógica capitalista e empresarial idealizada pelo(s) proprietário(s). Na base da pirâmide estavam as oficinas tipográficas nas quais o exemplar era produzido, habitada por operários que, como em qualquer fábrica, também obedeciam à hierarquia e controles. O produto idealizado nessa dupla lógica fabril (produção do exemplar em termos textuais e materiais) difundia ideais, estilos de vida, comportamentos e regras sociais (PEREIRA, 2016).

Obviamente, para os impressos operários, as posturas defendidas se subordinavam a outra lógica, que incluía, inclusive, o debate interno, uma vez que as percepções sobre a luta, suas estratégias e modos de agir eram objeto de disputas entre os grupos militantes. Na perspectiva dos que pertenciam ao movimento organizado, aqueles que prestavam serviços para a grande imprensa, eram pejorativamente denominados de lacaios, pois atendiam aos anseios de oligarquias políticas, econômicas e também dos proprietários dos grandes jornais, ou seja, a burguesia, o inimigo a ser combatido. Por esses motivos, o jornalista (sempre tomado de forma genérica, como se fosse uma figura social com identidade e perfil particular), foi também incluído na lista de inimigos. Era essencial responder energicamente os artigos da grande imprensa cujo tema pautava a questão operária. O contexto resultou em embates entre militância e os que escreviam para os jornais-empresa, questão importante que se soma ao dinâmico processo de formação da profissão de jornalista durante a Primeira República, que envolvia, por um lado, o início do processo de autonomização da atividade intelectual, no qual a imprensa em geral

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desempenhou papel chave, e, por outro, a condição de jornalista enquanto assalariado do jornal. Tais processos são indissociáveis do crescimento urbano, da difusão da cultura de leitura e das novas possibilidades profissionais abertas pelo mercado de impressos em geral (NERY, 2021).

Outro ponto importante diz respeito ao fato de os responsáveis pelos jornais anarquistas e socialistas, muitas vezes, rejeitassem ser denominados “jornalistas”, mesmo se alguns deles, por motivos diversos, adentraram-se ao mundo do jornalismo empresarial, fossem outrora vinculados a profissões liberais, caso dos advogados Benjamim Mota, Neno Vasco e Roberto Feijó, outros por força do trabalho com tipografia, caso de Edgard Leuenroth, Luigi Magrassi e Rodolfo Felipe, ou por atuarem como críticos, cronistas e professores, caso de Astrogildo Pereira, José Oiticica, Otávio Brandão, Fábio Luz, Maria Lacerda de Moura entre outros (COUTINHO, 2006).

Para aqueles que faziam do jornal órgão de militância, não se tratava somente de denunciar a imprensa comercial, tampouco de cobrar solidariedade frente às condições precárias enfrentadas pelos assalariados, mas marcar posição quanto aos objetivos específicos de seus impressos periódicos. Por certo, muitas das vezes, os redatores fizeram questão de rotular seus jornais como uma “imprensa pobre”³, com poucos recursos financeiros e circulação limitada, atestado pelos inúmeros apelos em prol de ajuda financeira publicados; entretanto, sempre frisaram que a sua imprensa era “limpa e superior”⁴, pois não respondia a anseios econômicos e não cedia às pressões em relação ao seu conteúdo, tal como ocorria, na opinião dos anarquistas, nos jornais-empresa. O que estava em jogo, de fato, eram diferentes concepções de sociedade, de justiça, de economia, enfim, visões de mundo: a ordem republicana e a proposta revolucionária a favor dos trabalhadores. E é também evidente, desde o início do século até os anos de 1930, que alteraram-se as estratégias propostas para concretizar a revolução social, como bem indica, por exemplo, o enorme impacto da Revolução Russa para esses militantes, acontecimento que abriu outras possibilidades de futuro para a militância, aspectos que podem ser percebidos nas páginas dos jornais.

³ PEREIRA, Astrogildo. Essa grande imprensa... *A Plebe*, ano 5, n. 124. Jul, 1921.

⁴ Idem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse sentido, não se pode esquecer que os militantes também utilizaram da imprensa para tentar construir narrativas contra-hegemônicas, também no sentido de ganhar a atenção da opinião pública e consolidar suas visões de mundo e de justiça social para a classe (CRUZ, 1999). Por esse motivo, não era de se admirar que esses indivíduos ensaiassem algumas interpretações sobre a prática jornalística em voga no Brasil, bem como o papel social daqueles que desempenhavam a profissão. Ainda que suas interpretações fossem guiadas pelo prisma revolucionário, elas são importantes para analisar a forma como esses indivíduos observavam o modos de se fazer jornalismo naquele momento (MACIEL, 2016). Além disso, o trabalho cotidiano nas tipografias, fosse dos grandes jornais ou de empresas especializadas, habilitava os responsáveis pelos jornais a seguir de perto as transformações técnicas, em termos de maquinários e matérias, mas também no que respeita à diagramação e mesmo aos gêneros textuais presentes nos impressos periódicos. A dinâmica capitalista impunha aos jornais, tomados como empresas industriais, perseguir altos níveis de lucratividade, o que era bem distinto da função de educar e conscientizar as massas, que os órgãos de assalariados perseguiram.

Outra questão diz respeito à legitimidade desses redatores, enquanto jornalistas, o que perpassava pelas suas considerações sobre a profissão que se desenvolvia naquele momento. Uma análise pelos jornais revela a construção de uma identidade, mobilizada seguindo a conveniência de momento, entretanto, todos concebiam seu jornalismo como pertencente a outra espécie, pois tinham o discernimento que o trabalho com a imprensa operária era, no limite, da mesma natureza daquele realizado num grande jornal, guardando devidas proporções. De saída, o que os diferenciavam do “jornalista de profissão” eram os objetivos revolucionários; os conteúdos publicados, que, se podiam mobilizar estratégias da imprensa, o faziam, segundo acreditavam, pelo “bem” revolucionário, sem fazer disso uma profissão, mas para oferecer contrapontos à ordem dominante. Assim, não eram jornalistas no sentido de sobreviverem da pena, ou para adquirir fama, mas como estratégia para legitimar e implementar ações revolucionárias. A notoriedade visada era a adquirida no âmbito do movimento organizado e junto aos trabalhadores em geral. Em outras palavras, eram considerados, sobretudo, operários; e em segundo plano, jornalistas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Há também de se considerar que o mundo operário não estava isento de hierarquias e poder simbólico, tanto que alguns militantes atuavam como *intelectuais mediadores*, espécie de elo de ligação entre os ideais perseguidos e os trabalhadores. Nomes como Edgard Leuenroth, Gigi Damiani, Astrogildo Pereira, Florentino de Carvalho, José Oiticica, Otávio Brandão, Neno Vasco, entre outros, foram reconhecidos como lideranças no seio da militância anarquista e socialista, muito em decorrência do peso intelectual de seus escritos, por anos a fio difundidos nos principais jornais operários. Neno Vasco, por exemplo, escreveu para folhas brasileiras e portuguesas, por mais de vinte anos, desde 1899 até sua morte em 1921; Edgard Leuenroth, por sua vez, desde 1898 até a década de 1960, momentos antes de seu falecimento. A distinção alcançada por algumas lideranças sinaliza para disputas internas e oposições quanto à interpretação sobre o presente e o futuro do operariado, bem como a forma de se fazer revolução, de criar um novo mundo, de propor estratégias, o que resultava em cisões de diferentes ordens, sem esquecer, mais uma vez, o enorme impacto causado pelo exemplo da Rússia, onde se acreditava estar em curso um outro futuro possível, o que atraiu pelo menos parte dos que lutavam por uma nova ordem social, a exemplo de Astrogildo Pereira e Otávio Brandão, anarquistas que militaram no grupo fundador do jornal *A Plebe* e que, alguns anos depois, constituíram o grupo de fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Como se vê, os militantes tentaram imprimir sua compreensão ao fazer jornalístico, incorporando leituras e experiências a uma prática que se consolidava, acompanhando o próprio processo de urbanização e de uma cultura literária no país. É interessante também perceber a adaptação dessas folhas a esse processo e suas consequências, o que obrigava os responsáveis, muitas vezes, a intervir na produção dos conteúdos, inclusive, criticando-o, seja para compreender o processo redacional das suas folhas, seja para apresentar soluções acerca do futuro da prática jornalística. Por outro lado, acompanhar algumas das exigências legais para a criação de jornais por entidades de classe, o policiamento ostensivo às redações e aos jornalistas-trabalhadores, as normas jurídicas visando regular o exercício do direito à livre expressão (assim como à livre organização) podem indicar caminhos para compreender reações à ampliação dos espaços de crítica social naquela conjuntura (MACIEL, 2016).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Enfim, os jornais produzidos pelo movimento organizado, propuseram estratégias de ação que contrapusesse às narrativas dominantes na grande imprensa, fosse em relação ao movimento organizado ou aos desafios enfrentados pelo país. Além de dirigirem-se aos trabalhadores, não parece demais afirmar que visavam alcançar o público mais largo, de eventuais simpatizantes da causa. As folhas de duração incerta e, no mais das vezes produzidas de maneira artesanal, difundiam um outro mundo, a ser alcançado por meio de agitação e revolução social, em contraposição à ordem capitalista vigente, defendida pela grande imprensa. Era inevitável o enfrentamento, ainda que as armas que cada uma das partes esgrimava estava longe de ter o mesmo alcance, o que, contudo, não impediu que a luta fosse travada por meio da letra impressa.

A falta de periodicidade das folhas de trabalhadores revela as enormes dificuldades que enfrentavam, fossem de ordem financeira, o que interferia na frequência e ritmo da edição dos exemplares. Cabe destacar a heterogeneidade desses impressos, que expressavam ideais e valores de diferenças correntes ideológicas e seus embates em torno das estratégias para a criação de uma nova ordem. Entretanto, não se pode perder de vista que as dificuldades também foram responsáveis pela mobilização de rol diversificado de estratégias que procuravam, com inventividade, contornar os problemas estruturais. A historiografia revela como a intervenção desses militantes – e de seus dispositivos de comunicação – foram fundamentais para a construção de culturas políticas, com seu vocabulário específico, ética, valores e apostas quanto ao futuro.

REFERÊNCIAS:

Jornais:

O Amigo do Povo (SP, 1902-1904)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Terra Livre (SP-RJ, 1905-1910);

La Battaglia (SP, 1906-1912);

Avanti! (SP, 1900-1920);

A Plebe (SP-RJ, 1917-1935);

Obras:

ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. *O homem livre sobre a terra livre: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos/SP, 2017.

BARBOSA, Marialva - Imprensa, poder e público. *Intercom - Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, vol. 20, nº 2, pp. 87-103, jul/dez. 1997.

BOTELHO, Denilson. Sobre a objetividade e isenção no jornalismo da Primeira República. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. 1ªEd. São Paulo: ANPUH, 2016.

CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria. L. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980.

COUTINHO, Eduardo Granja. Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto dissonante de José Oiticica. *Programa Nacional de Apoio à Pesquisa*. Fundação Biblioteca Nacional - MinC, 2006.

CRUZ, Heloísa Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, Esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista História (São Paulo)*, n.175, p.415-448, jul.-dez, 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

NERY, Gabriela. Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à Primeira República (1875-1891). *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, ano 182, ed. 485, pp. 111-138, jan./abr. 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista História (São Paulo)*, v. 35, nº 99, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. 1ª. ed. - Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020.